

ENTRE A INTEGRAÇÃO POLÍTICA E A POLITIZAÇÃO: a adesão da

Venezuela ao MERCOSUL

Mariana Abi-Saab Arieche¹

Resumo

O artigo *Entre a integração política e a politização: A adesão da Venezuela ao Mercosul* estuda as implicações políticas do ingresso como Estado-parte da República Bolivariana da Venezuela ao Mercado Comum do Sul (Mercosul), em julho de 2006. Para isto, examinam-se no início do artigo os pilares da política externa da Venezuela, a partir da posse do presidente Hugo Chávez Frias, com ênfase em seu “motor”: o conceito de integração que vai além da integração puramente comercial e a sua “essência”: a exportação da ideologia *bolivariana*. Igualmente se apresentam alguns pronunciamentos do chefe de Estado, especificamente sobre o Mercosul, comprovando a transferência de tais pilares aos debates da organização regional. Finalmente, o trabalho demonstra como a presença venezuelana, agora como membro pleno, dinamiza os debates, abrindo o fórum para temas políticos e ideológicos; muda a estrutura geopolítica par -de dois fortes e dois fracos- do bloco; faz com que o Mercado Comum seja reconhecido por alguns como uma instituição de esquerda e por outros como um órgão de maior autonomia e propõe uma integração para além da questão comercial. Percebe-se, assim, que as implicações do ingresso venezuelano ao Mercosul não se limitam aos benefícios econômicos que o país traz à organização, mas abarcam, também, a politização dos debates e a inclusão da proposta de integração política.

Palavras-chave

Mercosul – Venezuela – Integração Política – Politização.

Abstract

The article *Between the politicization and political integration: Venezuelan adherence to Mercosur* studies the political implications of the

¹ Mariana Abi-Saab Arieche é graduanda em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

entry of the Bolivarian Republic of Venezuela to the Common Market of the South (Mercosur, in its Spanish initials) in July 2006. Its beginning is endeared to the examination of Venezuela's transformation of its foreign policy since President of Venezuela Hugo Chávez came to power. Since then, the concept of integration goes further than mere commercial matters; it trespasses the barriers of ideology wherein the exportation of the "Bolivarian" ideology is the key. With this respect, the article presents a sample of Chavez's speeches with regards to Mercosur in an attempt to verify the intentions of Venezuelan foreign policy to the organization's scenario. Finally, it is examined how the presence of Venezuela, as a potential full member, dynamites the debates while opens the forum for political and ideological discussions, changes the geopolitical *status* of the bloc and modifies the "image" of Mercosur - for some it becomes a left-wing organization and for others a more autonomous; thereby proposing a type of integration that goes beyond the pure commercial integration. It is perceived then, that the adhesion of Venezuela to Mercosur goes beyond the benefits that the country could bring in the commercial and economic dimension; it implies the Venezuelan performance as a direct source of politicization of the discussions and the offer of a political integration.

Keywords

Mercosur – Venezuela – Political integration – Politicization.

Abstract

The article *Between the politicization and political integration: Venezuelan adhesion to Mercosur* studies the political implications of the entry of the Bolivarian Republic of Venezuela to the Common Market of the South (Mercosur, in its Spanish initials) in July 2006. Its beginning is endeared to the examination of Venezuela's transformation of its foreign policy since President of Venezuela Hugo Chávez came to power. Since then, the concept of integration goes further than mere commercial matters; it trespasses the barriers of ideology wherein the exportation of the "Bolivarian" ideology is the key. With this respect, the article presents a sample of Chavez's speeches with regards to Mercosur in an attempt to verify the intentions of Venezuelan foreign policy to the organization's scenario. Finally, it is examined how the presence of Venezuela, as a potential full member, dynamites the debates while opens the forum for political and ideological discussions, changes the geopolitical *status* of the bloc and modifies the "image" of Mercosur - for some it becomes a left-wing organization and for others a more autonomous; thereby proposing a type of integration that goes beyond the pure commercial integration. It is perceived then, that the adhesion of Venezuela to Mercosur goes beyond the benefits that the



country could bring in the commercial and economic dimension; it implies the Venezuelan performance as a direct source of politicization of the discussions and the offer of a political integration.

Keywords

Mercosur – Venezuela – Political integration – Politicization.

Resumen

El artículo *Entre la integración política y la politización: La adhesión de Venezuela al Mercosur* estudia las implicaciones políticas de la entrada como Estado-Parte de la República Bolivariana de Venezuela al Mercado Común del Sur (Mercosur) en Julio de 2006. Para cumplir este objetivo se examinan, en el inicio del artículo, los pilares de la política exterior de Venezuela, a partir de la toma de posesión del Presidente Hugo Chávez Frías, comprendiendo su “motor”: un concepto de integración que va más allá de la meramente comercial y su “esencia”: la exportación de la ideología bolivariana. Del mismo modo, se presentan algunos pronunciamientos del Jefe de Estado específicamente sobre el Mercosur, para comprobar la transferencia de dichos pilares al escenario de los debates de la organización regional. Finalmente el trabajo muestra cómo la presencia venezolana, ahora como miembro pleno, dinamiza los debates abriendo el foro para temas políticos e ideológicos; cambia la estructura geopolítica par -de dos fuertes y dos débiles- del bloque; causa que el Mercado Común sea reconocido por algunos como una entidad de izquierda y por otros como con más autonomía y propone una integración más profunda a la comercial ofrecida por la Institución. Se percibe entonces, que la adhesión venezolana al Mercosur, va mucho más allá de los beneficios que a nivel económico y comercial el país le trae a la organización, ya que su desempeño incluye igualmente una fuente de politización de los debates y la propuesta de integración política.

Keywords

Mercosur – Venezuela – Integración Política – Politización.

“Reafirmando a importância da adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul para a consolidação do processo de integração da América do Sul no contexto da

integração da América Latina”

(MERCOSUL- Portal oficial, 2006a)

Introdução

No dia 4 de julho de 2006 assinou-se em Caracas o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercado Comum do Sul (Mercosul). Pela primeira vez nos quinze anos de vida do bloco, um novo membro é incluído. Em termos econômico-estratégicos comuns, a entrada da Venezuela no Mercosul foi uma decisão altamente benéfica. O bloco conta agora com um Produto Interno Bruto (PIB) que representa 76% do total da América do Sul; com um espaço geoeconômico que abrange desde o Mar do Caribe até a Tierra del Fuego; com as três maiores economias do sub-continente; com uma população de 250 milhões de habitantes; e com o país possuidor das maiores reservas de petróleo e gás natural da América. Esses dados parecem altamente atraentes para os Estados do bloco, dentro de um cálculo custo-benefício.

No entanto, é inegável que o processo de adesão da Venezuela tem-se caracterizado por uma alta polêmica entre políticos, acadêmicos e analistas internacionais. Intui-se, com isto, que a controvérsia do ingresso do novo membro não vem a partir de repercussões econômicas ou comerciais, mas sim de repercussões políticas. Para alguns, como é o caso do professor uruguaio Romero Pérez, especialista em Relações Internacionais, o ingresso da Venezuela “terá um impacto sobre a natureza do Mercosul, já que se deslocará em direção a uma unidade política com pouca disciplina econômica e comercial”(Pérez *apud* Montero, 2005).

Antes da incorporação da Venezuela, já existia a intenção de dar ao Mercosul uma conotação política. Na própria definição do bloco, ele “[r]epresenta, sobretudo, um acordo político, o mais importante alcançado na região. A partir deste Acordo, os conceitos de confiabilidade, harmonia, razoabilidade e previsibilidade passam a fazer parte da linguagem e da convivência política, econômica e social de nossas sociedades”(MERCOSUL- Portal Oficial, s.d.). Conseqüentemente, entende-se que a integração promovida pelo

Mercado Comum do Sul está, e sempre esteve, aberta a mais do que uma simples integração comercial. O Protocolo de Ushuaia² (que estabelece o compromisso e a observância da democracia nos países membros) (MERCOSUL- Portal oficial, 2006b), a declaração da Zona de Paz³ e o próprio entendimento do Mercosul como “elemento de estabilidade da região”(MERCOSUL- Portal Oficial, s.d.), são exemplos de tal afirmação. Mas, na prática, tais idéias não passam de abstratos valores compartilhados. A efetiva integração encontra-se longe de um discurso, de uma ideologia comum entre os Estados-membros, ou da procura concreta dos mesmos. A Venezuela aparece neste cenário dando um novo fôlego à vocação integradora do Mercosul.

O presente trabalho estudará como o ingresso pleno da Venezuela, como Estado-parte do Mercosul, dinamiza os debates, ao abrir espaço para novos temas; muda a estrutura geopolítica par⁴ de dois fortes e dois fracos- do bloco, assim como a identidade do Mercado Comum - agora reconhecido por alguns como uma instituição de esquerda e por outros como um órgão com maior autonomia e com um novo fôlego, que politiza a proposta de integração exposta pelo Cone Sul. Para este fim, serão examinados os pilares da política externa da Venezuela, a partir da posse de Hugo Chávez Frias, e serão apresentados alguns pronunciamentos do presidente sobre o Mercado Comum; para logo analisarem-se as principais implicações políticas da adesão venezuelana à organização, apresentando, ainda, cenários hipotéticos que permitam visualizar qual o rumo a ser seguido pelo Mercosul a partir de tais implicações.

Por outro lado, faz-se necessário um esclarecimento prévio dos termos *integração política* e *politização* frente à diferença tênue que se percebe na sua utilização. O primeiro é empregado comumente para ilustrar o uso de um meio de integração -neste caso o próprio Mercosul- a fim de debater questões de cunho político, visando a concretizar medidas comuns. Por sua vez, o segundo termo é utilizado no artigo como sinônimo de “ideologização” e radicalização, fazendo referência

² Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso democrático no MERCOSUL, a República de Bolívia e a República de Chile, assinado em 27 de Junho de 2006.

³ Para um maior estudo, ver Herz e Hoffmann, 2004, p.202-203)

⁴ Conceito usado por Alemany, 2006, s.d.. Ele descreve a distribuição geopolítica do Mercosul como entre dois fortes (Brasil e Argentina) e dois fracos (Paraguai e Uruguai)

específica às decisões de fim comercial, que se vêem influenciadas por uma ideologia.

A partir deste ponto, o estudo mostrará que o papel da Venezuela dentro do bloco pendula numa fina linha entre a proposta de integração política e a politização do Mercado Comum, embora esta não seja uma decisão oficial e explícita por parte da diplomacia venezuelana. Além disto, procura-se permitir o entendimento de que as implicações políticas que possa trazer a entrada da Venezuela à instituição regional não são sinônimo de alarme nem de que o bloco adotará integralmente o discurso do presidente Chávez. Isto porque o Mercosul é uma organização que conta com princípios próprios e normatizados, que visam a objetivos de longo prazo, assim como com uma estrutura institucionalizada e sólida o suficiente para “filtrar” aquilo que é interessante para a sua continuidade.

Antes de dar início ao estudo, torna-se necessário apontar brevemente o cenário institucional do Mercosul para o momento da sua ampliação, assim como esboçar a situação atual da Venezuela dentro do bloco. Na metade de 2006, o grupo atravessava por uma etapa de estancamento nas negociações de integração, devido aos atritos entre seus membros. Paraguai e Uruguai reclamavam da falta de ajuda e de tratamento diferenciado para diminuir as assimetrias entre estes e os chamados *países fortes* ou *sênior* do Mercado Comum: Brasil e Argentina. Simultaneamente, desenvolvia-se o problema das *papeleras* entre Uruguai e Argentina. O processo de integração tinha apresentado, até esse momento, altos e baixos. Alguns acadêmicos brasileiros, como Marcelo Coutinho, Andrea Hoffmann e Regina Kfuri, reconhecem que a partir de 2003 há uma revitalização do Mercosul, já que “houve um impulso de criação de novos órgãos, com destaque para a preocupação com assuntos mais diversos do que os comerciais, com a inclusão de instituições para tratar de direitos humanos, democracia e questões sociais”(Coutinho et al., 2007, p.32-33).

Ainda que esta “revitalização” seja bastante questionada no meio acadêmico pelos atritos anteriormente mencionados entre os Estados-membros (os quais são posteriores a 2003), é certo que a idéia de integração para além do comércio tem a formação de seu embrião nesta

época, e projetos como o Parlasul⁵ se concretizam. Todavia, é necessário ressaltar que até o ingresso da Venezuela ao Mercado Comum era verdadeiramente difícil imaginar que o bloco assumisse definitivamente um viés político. O órgão continua sendo para cada um dos seus Estados-membros uma entidade promotora da integração comercial.

Com relação à situação atual da Venezuela dentro do bloco, é importante lembrar que embora o Protocolo de Adesão da Venezuela tenha sido assinado pelos máximos representantes dos Estados fundadores do Mercosul, este ainda não entrou em vigor, já que precisa da aprovação nos órgãos legislativos de cada um dos Estados-parte. Tal processo foi conseguido satisfatoriamente na República Oriental do Uruguai e na República da Argentina, onde o Protocolo já foi ratificado. Entretanto, o mesmo enfrenta obstáculos tanto no Brasil quanto no Paraguai. Na metade de 2008 ainda não tinham sido realizadas as votações sobre o assunto nestes países. Com isto, a situação atual da Venezuela dentro do bloco está inconclusa porque, embora conte com plena voz dentro dos debates, ainda não possui a faculdade de voto para a tomada de decisões. Ao longo do artigo serão trabalhadas tanto as repercussões políticas do ingresso venezuelano desde julho de 2006 até início de 2008, quanto as possíveis implicações da incorporação do país ao órgão, uma vez ratificada a sua adesão pelos membros fundadores.

A política externa da Venezuela com Chávez

Quando a sociedade internacional recebe a notícia da entrada da Venezuela no Mercosul, imediatamente lembra-se da voz alta, multi-presente e sempre controversa do país nos assuntos internacionais. A política externa venezuelana, a partir da posse do presidente Chávez em 1999, tem mudado acentuadamente em comparação com o período político passado, que vai desde o início de sua etapa democrática, em 1958, até o presidente Rafael Caldera, em 1998. O professor e internacionalista venezuelano Carlos Romero tem dedicado vários dos seus trabalhos acadêmicos ao estudo da evolução da política externa

⁵ O Parlamento do MERCOSUL é o órgão, por excelência, representativo dos interesses dos cidadãos dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul. Foi criado em dezembro de 2006, mas a proposta da sua existência é bastante anterior, e simboliza mais uma passo no âmbito das instituições de integração sul-americanas, agora a nível parlamentar (Parlamento Del MERCOSUR- Portal Oficial, s.d.)

venezuelana, e reconhece que desde 1958 ela conta com características múltiplas. Contudo, ele acentua a vocação andina e caribenha do país, sendo a primeira o seu maior compromisso regional, através da Comunidade Andina de Nações (CAN)(Romero, 2003). De fato, esta foi uma identidade venezuelana forte internacionalmente, que, hoje, no entanto, serve de exemplo das mudanças na formulação da política externa chavista, já que o país vem se afastando de forma determinante de sua antiga vocação desde que a Venezuela denunciou drasticamente o Acordo de Cartagena, saindo da CAN em meados de 2006.

Dentre as características que identificavam internacionalmente a Venezuela multifacetada, aponta Romero(Ibid.), encontram-se as de um país ocidental, mediano, terceiro-mundista, democrático representativo, petrolero, caribenho, andino, amazônico, hemisférico, entre outras. Mas o governo atual não considera a maioria dessas identidades como as adequadas para inserir o país no cenário internacional, propondo assim, novos pilares. Para atingir o caminho certo em direção à inserção venezuelana, o chefe de estado teve de mudar primeiramente as bases institucionais com as quais, até 1998, delineava-se o rumo da política externa da Venezuela. Os governos do presidente Chávez⁶ conseguiram estabelecer um sistema bastante heterodoxo para o histórico do país, caracterizado pelo domínio das emissões verbais presidenciais - às vezes por cima de documentos oficiais do Ministério de Relações Exteriores; pela carência de uma linha conceitual uniforme, criando, com isto, muitas vezes, incoerências nos discursos e pronunciamentos presidenciais em relação à postura dos representantes do país no exterior; pela hiperatividade do presidente e do Ministro de Relações Exteriores (muitas viagens e compromissos); assim como pelo personalismo presidencial (discursos informais, sem consenso interno nem assessoramento dos especialistas internacionais)(Ibid.).

Das características mencionadas anteriormente, duas merecem especial atenção: o personalismo presidencial e a falta de institucionalização na formulação da política externa. A primeira é importante para entender o peso que os pronunciamentos presidenciais, tanto formais quanto

⁶ Cabe esclarecer que o Presidente Chávez tomou posse em 1999, depois da mudança na Constituição em 2000, foi reeleito por mais seis anos, e em 2006 voltou a ser reeleito até o final de 2012.

informais, têm para direcionar o comportamento político venezuelano no âmbito internacional.⁷ A segunda característica ajuda a entender alguns “buracos” e incoerências dentro da formulação da política externa nos governos do *mandatário Chávez*, como é chamado popularmente por alguns dos seus seguidores, já que nem os muitos ministros de Relações Exteriores dos governos do presidente, nem a grande maioria dos novos representantes da Venezuela no exterior (aqueles designados pelo governo) têm carreira diplomática.

Desta forma estrutura-se a diplomacia de Chávez, a qual soube misturar elementos tanto do passado como do presente; tradicionais e não tradicionais e, a partir deste ponto, desenhar o giro em direção à esquerda que deu a política externa venezuelana. O professor Romero, em outro de seus trabalhos, explica:

Com relação às linhas mestres, tem-se, desde a perspectiva não tradicional, de ir criando um vocabulário, algumas imagens, uma visão do mundo de corte anti-ocidental e ir aprofundando os elementos terceiro-mundistas do passado diplomático venezuelano, em desmedro de um discurso mais moderno e mais ocidental, tanto desde o ponto de vista político como econômico; manter relações com todos os países herdados, mas enfatizando os aliados não tradicionais da Venezuela (membros da OPEP, países progressistas e incomodados como o Iraque, Cuba, China e o Irã; desenvolvendo uma diplomacia paralela; respeitando o corpo diplomático herdado do passado, mas os pressionando para que militassem na nascente “causa revolucionária” e promovendo, simultaneamente, novos embaixadores ligados ao governo (Romero, 2002).

Discursos carregados de ideologia, e de um olho crítico para o cenário internacional liderado pelos Estados Unidos da América (EUA), passaram a ser o cotidiano dos pronunciamentos do presidente, manifestando, desta forma, a necessidade de um mundo multipolar, pronunciando sua aversão ao “capitalismo selvagem”, a um planeta

⁷ O presidente do Colégio de internacionalistas da Venezuela, Juan Francisco Contreras, comentou ao jornal *El Universal* uma “anedota do Ministério de Relações Exteriores quando o seu Ministro, reunido com os embaixadores os informou que a política externa da Venezuela ditava-se no programa do Presidente aos domingos, *Aló Presidente*”. Isto explica a necessidade de estudar alguns pronunciamentos do Presidente Chávez, especificamente sobre o MERCOSUL no item III. (Theis, 2008).

“dominado pelo imperialismo” e pelo neoliberalismo. A ideologia passava a ser comum e até esperada na política venezuelana no plano externo. O “pacote ideológico”⁸, como é chamada por certos acadêmicos a linha discursiva chavista, abraça um posicionamento considerado por alguns como radical. A promoção da propriedade estatal; da democracia *participativa-protagónica*⁹; da autodeterminação e da exclusão dos EUA -e de seu sistema “imperialista”- na união latino-americana formam parte deste pacote (Romero, 2007).

Não demorou para que o discurso ideológico e a necessidade de exportar a “Revolução Bolivariana”, desenvolvida em princípio internamente, justificassem a ingerência presidencial nos assuntos internacionais. Liderados por Chávez Frias, os acordos bilaterais ou “unilaterais”, com países que tradicionalmente não tinham sido aliados, aumentaram. Na maioria destes, a Venezuela realizava uma inversão em um destes países (bem seja trocando petróleo por doutores, como em Cuba; ou comprando parte da dívida externa, como na Argentina, no Equador e em Honduras; ou doando petróleo no Bronx; ou construindo uma refinaria na Nicarágua; ou financiando candidaturas no México; ou intervindo dentro do processo de candidaturas do Peru; ou oferecendo o petróleo que o Uruguai precisasse por cem anos), baseado na “solidariedade bolivariana”. Especificamente na América Latina, região retomada como estratégica pelos governos de Chávez, começou-se a promover o chamado “*rentismo exterior*”, que é a política de ajuda econômica para alguns países -principalmente os da América Latina. Todavia, o benefício para a Venezuela de tais acordos parecia ser unicamente o apoio destes ao “governo revolucionário” e seu silêncio oportuno frente às atuações ou pronunciamentos venezuelanos internacionais com os quais estes não concordassem.

Romero (2003) também aponta para uma outra identidade pela qual a Venezuela é reconhecida internacionalmente: país petroleiro. Esta

⁸ Este termo é usado por diferentes analistas ao descrever a política externa do governo Chávez, entre estes o próprio Romero faz uso dele em trabalhos apresentados. Ver: Romero, 2007b, p.10-11; Egaña, 2006, s.d.

⁹ Este é uma proposta do governo Chávez que no Portal da Constituição da Venezuela está definida como o “Sistema de governo no que os cidadãos são sujeitos ativos e protagonistas do seu próprio destino, o que garante que a ação dos Poderes Públicos esteja ao seu serviço. É igualmente uma nova forma de relação entre o Estado e os cidadãos, na que a democracia dos partidos é substituída pela participação central da cidadania”. Ver: Portal de la Constitución de la República Bolivariana de Venezuela..

identidade não pode ser excluída dentro do estudo da política desenvolvida pelo presidente Chávez, já que o recurso energético tem sido o instrumento por excelência dentro dos acordos comerciais, ideológicos ou de integração. As intenções de união e a intensificação dos relacionamentos não teriam sido concretizados, nos casos em que isto aconteceu, sem a existência dos “petrodólares”. O fator energético, que faz da Venezuela um país estratégico dentro de qualquer bloco, embora seja um recurso tradicional da negociação venezuelana, nunca tinha tido tanto uso político -sendo explorado para concretizar as relações externas, assim como para impulsionar os objetivos do governo venezuelano- como tem sido feito com os governos de Chávez¹⁰. A seguinte descrição da política de integração -na revista *Le Monde Diplomatique*- mostra de que forma o financiamento energético é usado como instrumento para a união da região sob o elo venezuelano:

O dinamismo de sua política exterior tem feito do presidente Chávez um pólo de referência na região. Ele exerce uma grande influência, propondo iniciativas concretas de integração - entre outras, as companhias petroleiras regionais Petrosur e Petrocaribe, um canal de televisão da América Latina (Telesur), a construção de um gasoduto continental e diversas cooperações em matéria de saúde(Sader, 2006).

Alguns analistas e políticos acentuam que a integração promovida pelo governo, baseada no petróleo e no gás, é também altamente interessante para o próprio país, já que passou a ser um fator fundamental no desenvolvimento da Venezuela energética -tanto como produtora, quanto distribuidora- através da diversificação do mercado(Romero, 2003). No entanto, é de pensar que são poucos os benefícios que o cidadão venezuelano comum sente a partir de tal mobilização dos seus recursos, e aqueles investimentos que são feitos de forma “unilateral” dificilmente conseguem ter uma justificativa (referência. É uma afirmativa forte que deve ser baseada em autores).

Continuando a análise das características da política externa da Venezuela com Chávez, é importante mencionar que as relações

¹⁰ A Venezuela é hoje o país da América Latina que mais recursos mobiliza para fazer sua política externa. Antes de Chávez, o papel de protagonista era só disputado com o México. Contudo, não se tem uma estimativa oficial do valor destes recursos. Ver: Villa, 2007, p.11.

prioritárias para a nação são aquelas desenvolvidas com os países da América Latina em geral, e com a América do Sul em particular. Todavia, estas relações não são de índole comercial, já que, em princípio, a intenção da diplomacia venezuelana não é a de aumento do intercâmbio comercial, mas sim a de uma verdadeira convergência no processo de uma integração mais ampla. A promoção da Alternativa Bolivariana para a América Latina e o Caribe (ALBA), a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), o impulso de instituições e projetos de/para os latino-americanos (Petrolatina, o Banco do Sul, o gasoduto do sul, a União das Forças Armadas da América Latina, entre outros) são somente exemplos da intensa agenda internacional venezuelana na região. O ativismo e o dinamismo é outro dos pilares da política externa de Chávez (Villa, 2007). O professor e acadêmico da Universidade de São Paulo Rafael Villa comenta o seguinte com relação a este pilar:

Somado tudo isso [projetos e mobilização de recursos], a consequência tem sido claramente o aumento da visibilidade política do governo da Venezuela, transformado em referência constante em assuntos domésticos, em países da região andina e do MERCOSUL. Mas as consequências tem sido mais complexas, como o distanciamento e surgimento de desconfianças de alguns países sul-americanos, especialmente do Brasil, no âmbito do MERCOSUL (Villa, 2007, p.11).

Finalmente, é coerente apontar que, especificamente com relação ao processo de integração regional, a visão venezuelana sobre a qual deve ser a natureza de tal processo é entendida a partir de um desenvolvimento com bases não só comerciais, mas fortemente políticas e ideológicas, procurando uma integração mais profunda. Esta natureza de integração tem se apresentado, em alguns aspectos, pela falta de visão estratégica e de “tato”, em parte pelo pouco profissionalismo dos compositores da diplomacia venezuelana, e em parte pelo próprio excesso de politização e ideologização do discurso, que compromete os aliados estratégicos (Ibidem). Desta forma, e retomando as palavras do professor Romero em um dos seus últimos trabalhos, a proposta de integração venezuelana resume-se na seguinte visão:

Trata-se de definir uma integração que a médio prazo esteja fundamentada em bases não capitalistas, no exercício de uma democracia participativa, na promoção de uma economia que combine a propriedade estatal com propriedades sociais e

cooperativas, e na regulamentação e diminuição dos investimentos estrangeiros diretos.(Romero *apud* González Urrutia, 2007)

A proposta venezuelana para o Mercosul

Trabalhar com pronunciamentos do presidente Chávez, específicos sobre o tema do Mercosul, permitirá obter um melhor enfoque das propostas e da mensagem do governo da Venezuela para o bloco. Através destes, serão identificados, entre outras coisas, a presença de discussões de temas políticos e ideológicos, de mensagens antiimperialistas e anti-americanistas, de uma proposta de integração além da comercial e da necessidade de uma mudança nas bases que regem a instituição. Os pronunciamentos têm apresentado certa evolução. No primeiro dos discursos de Chávez como chefe de estado, em 1999, o governo já manifestava seu interesse em aproximar a Venezuela ao Mercosul, primeiro como membro associado e logo como membro integral. A aproximação do país ao Mercado Comum se consolidava, ao mesmo tempo em que a voz do governo venezuelano era cada vez mais sonora. Dentre os pronunciamentos atribuídos à instituição regional, existem aqueles caracterizados por criticarem fortemente a organização, com comentários como: “O Mercosul, assim como a CAN, está ferido de morte, por ter nascido no berço do neoliberalismo. Deve, portanto, deixar de existir como tal”(La República, 2006, s.d.). Porém, dentro das Cúpulas presidenciais do bloco, a Venezuela tem procurado diminuir o tom, oferecendo propostas de integração regional que, mesmo estando juntas de uma insinuação ideológica, estão longe de um tom de exigência.

O pronunciamento do presidente ao comemorar a incorporação do seu país no Mercado Comum como observador mostra que a Venezuela tem uma idéia de integração mais profunda à exposta pelo Mercosul, tal como se comentou anteriormente. A sua sugestão vai além de acordos comerciais e de preferências tarifárias, manifestando a necessidade de “atrever-se” a propor a integração política:

[A] Venezuela chega ao MERCOSUL em um momento em que ocorrem profundas mudanças, que apontam na direção de uma integração de um novo tipo; não a integração neoliberal que se preconizava neste continente até há pouco tempo [...] O MERCOSUL está se tornando o epicentro de um novo esquema de integração política, social, econômica-produtiva para

nossa liberação, unidas para sermos livres. Estamos sendo chamados a juntar-nos de verdade para livrar-nos da pobreza e romper com as correntes do imperialismo e da dominação, que têm-nos levado a um extremo perigoso da desigualdade.(Voltairenet, 2004)

Além da integração política, a Venezuela também propõe a integração social, cultural e formalmente propôs um Pacto Militar ou exército do Mercosul, chamado por alguns como OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) do Sul, na procura de uma organização de defesa, fusionando as Forças Armadas dos Estados-membros¹¹. Junto com esta sugestão, em algumas oportunidades, ainda antes da assinatura do Protocolo de Adesão, o presidente Chávez vinculou o Mercosul à sua procura de consolidar o ideal do libertador Simón Bolívar: a conformação de uma Confederação de Nações Unidas no âmbito político, econômico e social. O ingresso ao bloco inscreve-se dentro de uma possível consolidação de um “mega-estado, construído sob a unidade política, a solidariedade e a complementaridade econômica”(Chávez Frias, 2003).

Durante o discurso presidencial na XXXI Cúpula do Mercosul, em janeiro de 2007, no Rio de Janeiro, Chávez definiu o encontro como o “renascer da Confederação de Repúblicas Sul-americanas, projeto de Bolívar, San Martín e O’Higgins”(idem, 2007). Embora haja quem acredite que esta proposta é pouco ouvida e encontra-se longe de ser aderida pela organização, é importante saber que a idéia -ainda que não tenha quase aparecido entre as propostas mais “constantes” da Venezuela ao bloco- não tem se dissipado das intenções do governo. Este tipo de constituição tem sido aos poucos afastada do discurso de integração no Mercosul, para ser exposta em outras instituições integracionistas como a ALBA ou a UNASUL, onde possivelmente tenha mais eco.

Para o presidente Chávez, tanto a Venezuela precisa entrar no Mercosul, quanto a organização precisa da Venezuela. Segundo ele, o país ingressa

¹¹ Esta proposta teve em um primeiro momento pouco respaldo por parte dos membros do bloco, por isso, a Venezuela procedeu a negociar e consolidar esta união com outros países como a Bolívia, Nicarágua e Cuba (os outros membros da ALBA). Só em 2008 esta proposta foi retomada, agora sob o estímulo do Brasil apresentando um tom menos radical.

com “muito vigor político, geopolítico e também com força social”(idem, 2006). O Mercado Comum “precisa colocar à sua frente a bandeira da solução das desigualdades e das assimetrias”, assim como “crescer transformando-se”(Ibid.). Durante visita ao Irã, o mandatário venezuelano ratificou este último comentário, dizendo que:

O Mercosul precisa ser reestruturado, temos que assegurar outro modelo de integração. A Venezuela realmente não está interessada em ingressar em um Mercado Comum marcado pelo capitalismo, pela competição feroz, pelo egoísmo onde os maiores querem dominar os menores. [...] Não estamos interessados em agradar às direitas da América Latina [...] Contrariamente a algumas especulações que apontam para uma falta de interesse venezuelano de participar do Mercosul, a Venezuela não está desesperada por entrar no velho Mercado Comum, a Venezuela está interessada, sim, em integrá-lo, porém, este deve ser um novo Mercosul. Se não há vontade de mudança na instituição, então o país retirará sua petição de adesão(Chávez Frias, 2007b).

Novamente observa-se o tom severo fora dos debates da própria organização. Igualmente, os pronunciamentos de Chávez contra o neoliberalismo, o capitalismo, a ingerência e a dependência dos EUA são mensagens constantes tanto nas Cúpulas presidenciais como em pronunciamentos extra-oficiais. Estes parecem estar formando um novo paradigma do debate de integração regional, dentro das discussões do bloco. Uma breve resenha do pronunciamento oficial do governo venezuelano na XXXI Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul é a chave para identificar a novidade que a Venezuela traz ao bloco.

O chefe de Estado começa seu discurso acentuando a importância de analisar o fato de que 40% das maiores empresas dos países do Mercosul são transnacionais que “não estão interessados na integração do bloco, mas só nos seus interesses meramente capitalistas”. Estes dados abriram espaço para apontar que com este Mercado Comum “de cinco” consolida-se “o fim de uma época, o fim da época neoliberal” e para posicionar-se contra as “armas do imperialismo mundial: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial”, propondo seguidamente o Banco do Sul como a via para a independência do Cone Sul. Chávez sugeriu a maior presença do Estado nas economias dos países do Mercosul, dando como exemplo o “levantamento das bandeiras socialistas” que se ergueram na Venezuela, apoiando igualmente o “retorno da ideologia” na América do Sul. Finalmente, o

presidente qualificou “o capitalismo como a perdição do planeta”, e acentuou a necessidade de se unir aos projetos de/para os sul-americanos como o Telesur, Petrosur, Gasosur e o Mercosul Social (Chávez Frias, 2007).

Como se pode perceber em diversos pronunciamentos, o mandatário de Estado tenta fazer com que a organização de fato debata temas políticos, sendo coerente com o próprio conceito de integração proposto por seu governo. Chávez transfere, assim, alguns dos pilares de sua política externa para a região sul-americana, dentro das discussões do fórum. É esta presença de um novo membro, com um discurso essencialmente político, - e suas implicações - que será estudado a seguir.

Implicações políticas da adesão da Venezuela ao Mercosul

a) Nova estrutura geopolítica:

São diversas as repercussões políticas que o ingresso pleno da Venezuela traz para o bloco. Acadêmicos e políticos¹² têm apontado para uma nova distribuição geopolítica no Mercosul como a primeira destas conseqüências. A Venezuela, embora seja uma potência energética, não pode ser considerada -na terminologia do Mercado Comum- nem um país *sênior* nem *júnior*. Porém, o país apresenta um discurso atrativo e um grande potencial para ambos. Para os países menos fortes, como Uruguai e Paraguai, a mensagem venezuelana que os envolve é a necessidade de diminuir efetivamente as assimetrias do Cone Sul (tal como foi manifestado por Chávez em diversos dos seus pronunciamentos). A Venezuela vem com propostas concretas para estes países, na procura de uma verdadeira integração regional.¹³ Para os mais fortes - Brasil e Argentina - além da ponte de acesso ao Mar do Caribe, o país oferece uma integração nova dentro do bloco: a integração energética¹⁴. O eixo Brasília-Buenos Aires encontra

¹² Ver González Urrutia, 2007, ao referir-se à “postura do governo de Néstor Kirchner” com relação ao ingresso venezuelano (p. 16), ou às “perspectivas alternativas de análise” de dito ingresso (p.18).

¹³ Entre estas propostas está o maior intercâmbio comercial, assim como acordos energéticos com o Uruguai oferecendo todo o gás e o petróleo que o país oriental precise pelos próximos cem anos. Ver Alvarez, 2007.

¹⁴ Além do projeto do Gasoduto do Sul, ou Gasosul, que começaria na Venezuela e passaria pelos Estados- parte do MERCOSUL, há os acordos bilaterais. Com a

benefícios tangíveis, que talvez nunca teriam vindo da mão de Montevidéu e Assunção.

Alguns analistas(González Urrutia, 2007; Hirst, 2007) apontam como um dos benefícios da entrada da Venezuela no Mercado Comum para a Argentina seria a introdução de um peso necessário para equilibrar a liderança brasileira no órgão. O diplomata e professor venezuelano Edmundo González Urrutia, em um de seus trabalhos apresentado no *Instituto Latino-Americano de Investigaciones Sociales (ILDIS)*, escreveu o seguinte sobre a incorporação da Venezuela ao Mercosul:

O cálculo feito pela diplomacia argentina é que a admissão da Venezuela viria a recompor o tabuleiro geopolítico do MERCOSUL, construindo uma nova geometria de poder que poderia servir como contrapeso ao Brasil. A Argentina apostaria no surgimento de um novo equilíbrio político que sirva de freio à liderança natural que exerce o Brasil (González Urrutia, 2007).

Todavia, para outros analistas(Calduch Cervera, 2007, González Urrutia, 2007), este “contrapeso” poderia ir além. A participação venezuelana, personificada no seu presidente, viria a estabelecer-se como a nova liderança da organização regional. Mostra disto seria o papel de Chávez como ator protagonista na XXX Cúpula do Mercosul, comemorada em Córdoba, em julho de 2006, na qual muitos analistas comentaram que “nunca tinham visto o Brasil em um papel tão secundário”(González Urrutia, 2007). Este já é, entretanto, um posicionamento mais questionável, ao se levar em consideração o histórico que os países *senior* têm na instituição.

O que é, de fato, evidente, é que a Venezuela exerce um poder explícito na região sul-americana. A *Revista del Sur*, em um de seus artigos, comenta o seguinte sobre o potencial de influência venezuelano:

Este poder de influência não só se manifesta na retórica política predominante na região (anti-imperialismo e defesa do modelo bolivariano), mas

Argentina destaca-se a criação da Petrosur e o Acordo de Cooperação conhecido como “petróleo por alimentos”; e com o Brasil o aporte financeiro venezuelano para a Refinaria de Pernambuco.

também no debate da agenda regional, quer dizer, no debate sobre modelo energético, infra-estrutura, inversões regionais, etc. Para ninguém passa despercebido que a liberdade do jogo que tem Chávez na região não se fundamenta unicamente nos temas políticos, mas que também a liberdade que dão os ingressos provenientes do petróleo é parte da explicação(Alemany, 2006).

É sob esta conjuntura de características venezuelanas e de reações dos Estados-parte do Mercosul que vale questionar qual será a nova distribuição de poder dentro do bloco. O mesmo artigo da *Revista del Sur* apresenta duas possibilidades frente a esta interrogação: o cenário da triangulação entre Brasil, Argentina e Venezuela; ou o cenário do bilateralismo Brasil-Argentina reforçado com negociações pontuais com o novo sócio e pequenas concessões para os países menos fortes. O certo é que o Mercado Comum perdeu sua estrutura tradicional geopolítica par, de dois fortes e dois fracos. Frente a estes cenários hipotéticos sugeridos, é bem provável que o controverso quinto elemento mantenha a sua mensagem para os dois tipos de países, tentando mediar os seus impasses, e procurando simultânea e constantemente não discriminar a nenhum, seguindo assim seus interesses de ampliar o espaço de sua ação política e fortalecer a sua “cruzada” ideológica. Entretanto, nas questões comerciais, onde seja necessário tomar posição a favor ou contra alguma das categorias, é factível que se forme a triangulação com os mais fortes por uma questão estratégica.

Interessante é apontar que a nova estrutura geopolítica do Mercosul é uma implicação que a Venezuela traz ao bloco a partir das suas qualidades como um Estado com uma economia média, mas com recursos, como os energéticos; características diferentes daquelas possuídas pelos quatro membros fundadores. Com isto, tal mudança estrutural independe tanto do discurso quanto do governo que a Venezuela venha a apresentar.

b) Maior abertura do fórum para questões políticas e ideológicas

A partir da entrada da Venezuela, o Mercado Comum do Sul, e em específico as suas cúpulas presidenciais, conseguiram um maior vigor, abrindo espaço para a discussão de novos temas. Grande parte dos analistas e peritos considera que a estratégia venezuelana de entrar no Mercado Comum tem motivações de caráter político e ideológico, que

visam a ampliar os espaços da sua ação política e fortalecer a “luta” anti-globalização e antiimperialista que os governos do presidente Chávez vêm desenvolvendo de forma acelerada, como parte da sua estratégia internacional (González Urrutia, 2007). Conseqüentemente, é coerente que a Venezuela coloque sobre a mesa de debate do bloco matérias que vão em concordância com estes ditos interesses.

Ainda que antes da adesão venezuelana já fossem debatidas questões políticas no âmbito do Cone Sul - exemplo disto é a Cláusula Democrática e a Constituição do Parlasul- estas discussões buscavam unicamente acentuar valores compartilhados e aderi-los ao bloco, o qual não deixava de ser, (e assim era entendido pelos seus membros) em essência, comercial. A previsão de uma mudança na natureza do Mercosul - ao afastar-se de seus princípios originais de integração de mercados - surge com o ingresso da Venezuela. Isto porque o novo membro vê o Mercado Comum do Sul como um instrumento principalmente político, como o manifesta nos seus pronunciamentos, e a sua intenção é usá-lo para consolidar projetos desta e outras índoles (como a social, cultural e militar). A partir daí, o fórum é aberto a uma nova gama de assuntos, como os de caráter político e ideológico.

Alguns encontram esta mudança como algo verdadeiramente negativo, enquanto outros consideram que dá um novo fôlego à organização regional. Como exemplo dos que compartilham a primeira opinião está o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso (Montero, 2005; Rodríguez Mandoza, 2006), que considera que “o problema é que o Mercosul tem se tornado mais político e menos integracionista” adicionando que essa “não foi a idéia original da união de mercados”. Para ele “a sobre-politização apresenta agora o Mercosul como uma entidade que se afasta de seus objetivos originais de fazer integração” (La Nación, 2006). Seguindo este parecer, têm-se alertado sobre as intenções venezuelanas de converter a organização em um fórum político ou em uma associação de países que se contrapõem aos Estados Unidos, esquecendo o seu perfil comercial inicial. Os que compartilham a segunda opinião julgam que o “somar novos membros, como a República Bolivariana da Venezuela, é uma mostra de vitalidade no caminho da integração”, tal como o manifestou o presidente Kirchner (Isern Munné, 2005).

É de grande importância perguntar-se até que ponto este debate político que se desenvolve nas reuniões dos Chefes de Estado reflete-se

efetivamente nas decisões dos órgãos executivo e legislativo da Instituição, bem sejam de cunho comercial ou políticas, concretizando assim a chamada politização do Mercado Comum. Certamente não existe uma resposta empírica frente a esta questão, até porque a Venezuela ainda não possui a faculdade para votar as resoluções ou decisões da organização, o que só permite respostas baseadas em conjecturas. Porém, é válido sugerir alguns questionamentos hipotéticos que talvez ajudem a determinar o nível de politização do Mercosul e que igualmente despertem a atenção para o fato estudado, na procura de futuras respostas mais concretas.

A pergunta mais angustiante que muitos se fazem a partir de um Mercosul agora mais político e ideológico é a de como serão as relações do bloco com os Estados Unidos da América a partir do efetivo ingresso pleno venezuelano. Diminuirá o intercâmbio comercial? Tais pensamentos são preocupantes para alguns porque de fato é consideravelmente viável que o bloco tentará, paulatinamente, desvincular-se das negociações comerciais com os EUA, ou se limitará àquelas que sejam verdadeiramente simétricas, ao promover o aumento do intercâmbio comercial entre os próprios membros do bloco e a diminuição do comércio com os norte-americanos. Ao mesmo tempo, por decisão própria, o bloco se aproxima da União Européia na procura da assinatura de um tratado de livre comércio entre ambos os blocos.

Este possível afastamento dos EUA poderia ser entendido a partir do impulso que a Venezuela traz à organização, ao representar uma fonte de maior autonomia econômica -como será estudado mais adiante- ou a partir do seu discurso altamente carregado de ideologia contra a dependência norte-americana e contra o sistema capitalista por eles liderado, o qual, vale ressaltar, não é totalmente alheio ao Cone Sul. É importante também considerar que desde a fundação do Mercado Comum existe o "embrião" do desejo por parte dos países-membros de não ser mais dependentes das dinâmicas do comércio internacional liderado pelos americanos e de conseguir, através da união dos mercados, uma maior autonomia.

Com isto, um lento distanciamento dos EUA não deve ser interpretado unicamente como conseqüência do ingresso venezuelano, já que este não seria muito mais do que um passo estimulante e estratégico dentro do longo caminho iniciado pelo Tratado de Assunção. A Venezuela, mais

pelas suas condições econômicas do que pelas suas propostas ideológicas, traria um número maior de possibilidades ao bloco como um todo de se afastar da dependência comercial dos EUA. Até mesmo porque a retórica venezuelana de política externa anti-americanista não se reflete nas suas relações comerciais. A participação dos Estados Unidos no destino das exportações e na origem das importações venezuelanas é muito superior à participação americana dentro das pautas comerciais dos quatro membros antigos do MERCOSUL (Rios e Maduro, 2007, p.46).

Outro questionamento seria o caso cubano. Sendo Cuba um aliado estratégico da Venezuela com Chávez, cabe questionar se o Mercosul buscará uma maior aproximação com a ilha.¹⁵ É bastante factível que a Venezuela proponha no seio do Cone Sul um maior relacionamento do bloco com Cuba. Entretanto, é necessário reconhecer que é pouco provável que esta proposta de fato passe de algum acordo comercial ou da intensificação do intercâmbio de bens e serviços, já que é de pensar que o Mercosul é um cenário que dificultaria uma integração além da comercial com Cuba, entre outras coisas porque todos os Estados-membros assinaram um compromisso democrático, reconhecendo esse valor como comum, e se regendo por ele para a sua integração.

Embora este compromisso não especifique uma limitação de relações comerciais com países contrários a dito valor, uma aproximação profunda do bloco com Cuba seria julgada, tanto interna quanto internacionalmente, como um ato bastante incoerente por parte da instituição. Além disto, deve-se lembrar que existem outras entidades que permitem “drenar” com maior facilidade o relacionamento próximo entre Havana e Caracas como a ALBA; os acordos bilaterais comerciais (petróleo por médicos); os convênios de cooperação em matéria de saúde, educação, e energia; as iniciativas sociais; e o Acordo Militar sob a égide da ALBA (Villa, 2007).

Finalmente, um fato verídico chave na determinação (ou não) da politização do bloco e na reflexão sobre as possíveis implicações futuras na tomada de decisões do Mercosul foi a negociação entre Israel e o

¹⁵ Vale mencionar que o questionamento é bastante cabível já que, de fato, uma das últimas vezes em que Fidel Castro assistiu a uma reunião de presidentes foi na XXX Cúpula do MERCOSUL, numa tentativa de aproximação ao bloco a partir da adesão da Venezuela.

Mercado Comum no final de 2007, que terminou na assinatura de um Tratado de Livre Comércio entre ambos os países. Esta negociação, segundo porta-vozes oficiais (Radar do Sistema Internacional, 2007), foi acelerada para que se concretizasse antes da adesão efetiva da Venezuela ao bloco, já que “nos últimos meses o presidente Hugo Chávez tem feito declarações cada vez mais hostis contra Israel e vem se aproximando do Irã”. Com isto, nas palavras de um diplomata israelense, “ficaria mais difícil se Caracas tivesse um papel no processo” (ibid.).

c) **Classificação política do Mercosul e a procura por independência e autonomia**

Com a jogada política da Venezuela de sair da CAN por razões meramente políticas e entrar, quase de imediato, no Mercosul (como a organização de integração regional, que de fato teria o “embrião” para a união da América Latina), carimbam-se os dois blocos como antagônicos conceitualmente¹⁶. Esta articulação é a que marca o início de um Mercado Comum atrativo (ou não) devido a motivos que vão além das dimensões comerciais e que agora acentuam a sua conjuntura política que, embora não estivesse explícita até esse momento, rapidamente brotaria com a entrada da Venezuela. Com isto, se existe algo que fica claro é que foi da incorporação deste país - bem seja pela sua jogada intencional, pela própria união das características do mesmo, ou pela forma como a Venezuela entende o “uso” do Mercosul - que surge a noção de um bloco politizado. A partir deste ponto, o Mercado Comum do Sul - uma entidade eminentemente comercial e de união de mercados - é reconhecido pela sociedade internacional também pela sua face política.

Desta forma, cabe perguntar qual seria a identidade política do Mercosul. Grande parte dos acadêmicos a reconhece desde os seus inícios como uma organização de esquerda, ao procurar a aliança dos seus membros para fazer contrapeso ao domínio estadunidense na

¹⁶Vale ressaltar que foi uma jogada política por excelência, já que o argumento venezuelano para sair da CAN foi a assinatura do TLC de Colômbia e Peru com EUA, mesmo quando esta organização é caracterizada pelo seu alto grau de flexibilidade para que seus membros se associem com “terceiros”. Tanto é assim que o pedido de adesão plena da Venezuela ao MERCOSUL, feito em 2005, foi visto com bons olhos pelos Estados-Parte da CAN.

América do Sul. Talvez essa seja a primeira idéia que a maioria tem ao conceituar o Mercosul. Contudo, ainda que esta afirmação não esteja totalmente errada, tal representação é demasiadamente simples, já que considera, unicamente, a noção de união de mercados. Para entender a complexidade do caso atual, e tentar aproximar-se de uma resposta que cubra todos os aspectos da integração a partir da incorporação venezuelana, e assim definir a identidade política do bloco, é interessante seguir a argumentação de Villa (2007) no que diz respeito à conjuntura política sul-americana:

Dentro da esquerda de diferentes tonalidades que existe na América do Sul - que vai de um espectro mais radical ao de centro-esquerda - parecem existir três projetos de política externa: um representado pelos países fundadores do Mercosul, em que as sucessivas crises e estilos de governo neste bloco compartilham da idéia de que é necessário manter a autonomia do bloco com uma agenda positiva em relação aos Estados Unidos; um segundo projeto, o do Chile e da Colômbia, é mais orientado para uma relação forte com os Estados Unidos [...] E, finalmente, a perspectiva do bloco da ALBA, uma proposta mais radicalizada, com base em identidades ideológicas em que se inserem basicamente três países andinos (Venezuela, Bolívia e Equador), mas cujo promotor é o governo venezuelano (Villa, 2007, p.13-14).

Vale perguntar, a partir deste estudo, como fica reconhecido internacionalmente o Mercosul quando o “país promotor do esquerdismo radical” adere-se a ele? Entende-se que o Mercosul é uma entidade cujos Estados-membros apresentam uma política externa de esquerda (isto pode ser conseqüência deles formarem parte do Mercado Comum) e que ele mesmo -como instituição eminentemente comercial- é considerado um bloco esquerdista (a partir dessa sua procura por fortalecer as economias de seus membros, e assim tornar-se independente dos poderosos do comércio internacional, ou de ter que negociar sob os termos estabelecidos por eles). Junto a esta conjuntura, percebem-se duas inovações trazidas pela Venezuela ao ingressar na organização: a primeira é seu papel como país “promotor” da esquerda radical apontada por Villa, através do discurso político e ideológico, da articulação de sua política externa, da liderança do seu presidente propondo e apoiando projetos autônomos para a região, e da discussão de temas altamente carregados ideologicamente -contra o controle político e comercial americano e contra o imperialismo- tal e

como foi anteriormente estudado. A segunda é ela representar para muitos um sinônimo de autonomia e soberania para o Mercosul, aproximando, assim, o bloco da consolidação do seu objetivo de independência. Declarações como as do presidente da Comissão de Representantes do Mercosul, Carlos Álvarez, ratificam o antes dito. Para ele, o ingresso da Venezuela se resume em autonomia já que:

[A]judará a que não dependamos tanto da linha neoliberal da integração dos anos 90 e nos permitirá desenvolver mais políticas sociais para a pobreza [...] O país caribenho possui as maiores reservas energéticas do continente, e isto é chave na hora de desenhar estratégias para uma maior autonomia relativa da região no cenário internacional(MERCOSUL- Portal Oficial, 2006c).

Da mesma forma, o presidente da Argentina, no seu discurso em Caracas, o 4 de julho de 2006, aproveitou para comentar na assinatura do protocolo de adesão da Venezuela ao bloco que esse passo era um “aporte inestimável” e que “a atual situação demanda a independência de cada uma das nações e a criação de um novo conceito de soberania”(El Clarín, 2006).

Conseqüentemente, parece que a identidade do Mercado Comum de fato mudou, mas a partir de duas visões: uma que enxerga desde um lado externo e que percebe que o Mercado Comum tem uma identidade política em um ponto mais à esquerda do que antes, sem chegar, porém, à radicalização do bloco. E uma que tem uma perspectiva interna da organização e que percebe a mudança como um sinônimo de mais autonomia e independência.

A partir do primeiro ponto de vista, a percepção de que o Mercosul tem agora uma identidade política com a sua ampliação, e que esta é a de um bloco ainda mais de esquerda, é um cenário que não tem deixado de ser polêmico. Pelo contrário: tem sido bastante delicado, principalmente em algumas áreas domésticas dos países fundadores. Tanto no Brasil quanto no Paraguai, alguns grupos mais conservadores da sociedade e do eixo empresarial opõem-se a que o bloco seja identificado internacionalmente como uma organização regional politizada de esquerda, já que isto poderia repercutir nos investimentos estrangeiros. Tal temor tem uma ligação direta com as postergações dos congressos

paraguaio e brasileiro em ratificarem o Protocolo de Adesão da Venezuela. Embora ambos argumentem que ainda estão analisando se seria empresarialmente interessante a ampliação do Mercado Comum ou se devem priorizar-se outros assuntos, o certo é que estes setores internos de ambos os países se preocupam com o novo sentido que assumiria o Mercosul caso a Venezuela se tornasse um membro pleno.¹⁷

Por outro lado, para países como a Bolívia, é o novo rumo e a nova identidade do Mercosul que levarão a uma verdadeira integração regional. Tal mudança foi determinante na apresentação, pelo país, de um pedido de inclusão ao bloco em meados de 2006. Com isto, parece que os grupos que se preocupam com a visão externa da mudança de identidade do Mercado Comum são céticos com relação a se a decisão do ingresso venezuelano é apropriada, enquanto que aqueles que têm uma visão interna do bloco se incentivam com o ingresso do novo membro e o reconhecem como benéfico para o futuro do bloco.

Com relação à Bolívia, é importante apontar que é bastante viável que esta siga os passos da Venezuela, tornando-se membro permanente do Mercado Comum e, caso ela não saia, pelo menos o país irá se desvinculando cada vez mais da CAN. É também provável que os congressos mais conservadores dificultem o seu ingresso, tentando impedir um bloco ainda mais ideologizado. Sob este cenário de conjeturas, cabe a seguinte pergunta – considerando-se a crise diplomática entre Venezuela e Colômbia no começo de 2008, e o histórico de atritos e desencontros entre ambos os países - Frente a uma suposta petição da Colômbia para formar parte do Mercosul, quem dificultaria a sua entrada?

Considerações Finais

O presente trabalho estudou a política externa venezuelana desenvolvida pelo presidente Hugo Chávez Frías, alguns pronunciamentos do mesmo com relação ao Mercado Comum do Sul e

¹⁷ Tanto é assim que o Congresso brasileiro decidiu postergar a ratificação do Protocolo para o início de 2008 argumentando que precisavam esperar os resultados do Referendum da Reforma Constitucional para poderem votar. Igualmente nos debates para a ratificação do Protocolo tem sido apontada a Cláusula Democrática para questionar o ingresso venezuelano. Contudo, ainda na metade de 2008 o Protocolo não tem sido votado.

as implicações políticas do ingresso pleno da Venezuela ao bloco. A partir daí, pode-se concluir que o Mercosul -uma organização em princípio comercial- coloca sobre a sua mesa de debate uma maior quantidade de temas políticos, assim como discussões de cunho ideológico, dando-lhe com isto um novo sentido à proposta de integração apresentada pelo Cone Sul desde 1994, uma vez que Venezuela passou a ser Estado-parte do bloco.

Há quem acredite que como o discurso do presidente Chávez - assim como o histórico da política externa desenvolvida por seus governos - é caracterizado por um alinhamento pouco flexível, unilateral e até rude em alguns casos, a Venezuela viria a impor que o bloco abrace toda a sua ideologia. Porém, tal como se vê nos pronunciamentos do presidente nas Cúpulas dos Chefes de Estado, a verdadeira postura da Venezuela busca mais a dinamização das discussões, oferecendo sua proposta de integração política.

Seria reducionista argumentar que a Venezuela exigirá um compromisso anti-americanista ou socialista no Mercosul, ameaçando com a saída do bloco. Em primeiro lugar, porque existem interesses concretos e tangíveis na adesão plena da Venezuela ao eixo do Cone Sul. Em segundo lugar, porque não seria a primeira vez que o país forma parte de uma instituição que apresenta divergências ideológicas com relação às suas (deve-se lembrar que a Venezuela com Chávez pertenceu à Comunidade Andina de Nações durante sete anos). Por último, porque, como bem aponta Rafael Villa (2007), “a Venezuela não teria motivos suficientes para sair do Mercosul, assim como as teve na CAN” (Villa, 2007).

O princípio integracionista do Mercosul é o motor justificador da tomada de decisões do bloco. Este princípio é independente de qualquer juízo de valor, a favor ou contra a adesão da Venezuela, porque o Mercosul -por seus princípios não-temporais, por sua coesão, por sua estrutura burocrática- observa além das repercussões e dificuldades a curto prazo, e consegue os melhores proveitos da integração através da sua busca pela inclusão de Estados, e não de governos temporais. O Mercosul agora conta com um membro permanente que tem um governo que vê no bloco uma instituição com grande potencial para a integração política da região sul-americana. Isto, unido à hiperatividade da política externa venezuelana com Chávez, é o que faz pensar que a organização muda a sua natureza com

o ingresso do novo membro, ampliando-se a proposta de integração comercial exposta pelo Cone Sul para um posicionamento mais político.

Sob este contexto, a Venezuela significa para o Mercosul um grande desafio. O órgão deveria poder aproveitar o impulso que o governo venezuelano oferece à integração política da região, concretizando acordos e criando novos e mais amplos projetos e, simultaneamente, deverá distanciar-se de projetos e atitudes politizadas dentro do bloco, que possam redundar em decisões precipitadas e impulsivas. Seguindo a lógica do projeto integracionista do Cone Sul, em momento nenhum dever-se-ia pensar que a adesão da Venezuela ao Mercosul foi uma má decisão, ou que trará repercussões negativas. Simplesmente é mais um país, com virtudes e defeitos, que representa altos benefícios para o bloco, assim como novos desafios. O caminho para a integração regional é sempre caracterizado por este cenário. Cabe aos analistas internacionais prever e comunicar estes desafios como uma tentativa de colaborar dentro do processo, sem, no entanto, chegar a críticas destrutivas e míopes que não reconhecem a importância inquestionável, a médio e longo prazo, deste passo na vida da organização.

Contudo, e como já foi mencionado antes, chama-se a atenção à necessidade de precaução frente a um posicionamento político radical dentro do Mercado Comum por parte de qualquer dos seus Estados-membros, já que poderia permear suas relações estratégicas e os seus acordos comerciais. A politização do bloco poderia, desta forma, afetar diretamente o princípio integracionista. Vale lembrar que as decisões geradas nos órgãos do Mercosul “são tomadas por consenso e com a presença de todos os Estados-parte”(Protocolo de Ouro Preto, 1994, art.37).

A República Bolivariana da Venezuela percebe o Mercosul como um instrumento para consolidar o conceito de integração que ela vem defendendo com os governos do presidente Chávez. Tal integração exige uma maior atenção aos temas tanto políticos como sociais e à proposta de uma integração política futura. Conseqüentemente, o desempenho da representação venezuelana no bloco traz implicações políticas, tais como a mudança da estrutura geopolítica par -de dois fortes e dois fracos- dentro do Cone Sul, a partir da liderança do mandatário venezuelano e de suas propostas concretas que atraem aos quatro países fundadores. O discurso anti-imperialista, anti-

globalização e contra a ingerência americana no processo de integração também é introduzido de forma mais constante e sonora dentro dos debates, causando, assim, para alguns, o reconhecimento do Mercosul como uma entidade ainda mais de esquerda do que era considerada antes, e para outros como um órgão com maior autonomia e independência. A participação venezuelana traz, igualmente, a abertura do fórum para temas de cunho político e ideológico, podendo redundar futuramente em projetos concretos nestas dimensões, mudando, desta forma, o caráter eminentemente comercial do Mercado Comum.

Talvez o país não deva ser considerado como o pioneiro da integração política dentro da organização, mas sem dúvida tem todo o potencial para ser um motor acelerador do processo, já que a principal preocupação venezuelana dentro da organização não é precisamente o benefício comercial que obterá, mas sim a possibilidade de usar este cenário para concretizar de forma efetiva a integração política. Poder-se-ia dizer que a percepção venezuelana do Mercosul é, em princípio, a de um instrumento político. Isto é percebido nos pronunciamentos do presidente Chávez nas Cúpulas presidenciais, em que as preocupações que manifesta não são exatamente de questões comerciais, e sim do direcionamento político e ideológico da estrutura da organização e das decisões que nela são tomadas.

A Venezuela personalizada pelo presidente Hugo Chávez consegue lidar, assim, com o duplo papel político que desenvolve dentro do Mercosul, sugerindo a integração política do Cone Sul, enquanto politiza os debates e encontros do bloco.

Referências bibliográficas

ALEMANY, C. Cumbre de Córdoba del MERCOSUR. **Revista del Sur**. Montevideo, n. 167, set. -out. 2006. Disponível em http://www.redtercermundo.org.uy/revista_del_sur/texto_completo.php?id=3129 Acesso em 15 jan. 2008.

ALVAREZ, M.N. MERCOSUR necesita de Venezuela. **BBC NEWS-Uruguay**. [09 de Agosto de 2007]. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/hi/spanish/business/newsid_6938000/6938125.stm . Acesso em: 4 jan. 2008.

CALDUCH CERVERA., R. *Venezuela no puede competir con el liderazgo que ejerce Brasil*. **El Clarín**, Buenos Aires, 29 de Abril de 2007.

CHÁVEZ FRIAS, H. Pronunciamento del Presidente Chávez en la XXXI Cumbre del MERCOSUR. Rio de Janeiro. [19 de Janeiro de 2007]. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=YVqbqicp9C0> . Acesso em: 5 jan. 2008.

_____. Roda de Prensa antes da XXX Cúpula do MERCOSUL, Presidente Chávez: en Córdoba nacerá un nuevo MERCOSUR. Córdoba. [24 de Julho de 2006]. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=cgU9lTrInho> . Acesso em: 15 jan. 2008.

_____. Pronunciamento do Presidente frente a ALADI. Montevideú. [16 de Agosto de 2003]. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article120327.html> Acesso: 15 jan. 2008.

_____. No estamos interesados en ingresar a un viejo MERCOSUR, Comentários em Roda de prensa. Teerã. [30 de Junho de 2007b]. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=ulP0-QcBlso> Acesso em: 31 jan. 2008.

COUTINHO, Marcelo; HOFFMANN, Andrea Ribeiro; KFURI, Regina. Raio X da Integração Regional. **Estudos e Cenários**, p.32-33, mai. 2007. Disponível em: [http://observatorio.iuperj.br/pdfs/1_estudosecenarios_Estudos Coutinho Ribeiro Kfuri.pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/1_estudosecenarios_Estudos_Coutinho_Ribeiro_Kfuri.pdf) . Acesso em: 10 abr. 2008

EGAÑA, F.L. ¿Ha tenido éxito la política internacional de Chávez? **Analítica.com** . [2 de Dezembro de 2006]. Disponível em <http://www.analitica.com/va/internacionales/opinion/4828643.asp> Acesso em: fev. 2008.

EL CLARÍN- Sellaron el ingreso oficial de Venezuela al MERCOSUR. Sem autor, Caracas, 4 de Julho de 2006. Disponível em <http://www.clarin.com/diario/2006/07/04/um/m-01227890.htm> Acesso em: 28 dez 2007.

ELÍAS, J. El MERCOSUR está perdiendo su esencia. **La Nación**, Buenos Aires. [13 de Agosto de 2006]. Disponível em <http://www.offnews.info/verArticulo.php?contenidoID=5437>> Acesso em: 20 jan. 2008.

GONZÁLEZ URRUTIA, E. La incorporación de Venezuela al MERCOSUR: implicaciones políticas en el plano *internacional*. Caracas: **ILDIS**, set. 2007. Disponível em http://www.ildis.org.ve/website/p_index.php?ids=7&tipo=P&vermas=98 Acesso em: 10 dez 2007.

HERZ, M., HOFFMANN, A. **Organizações Internacionais**, Integração Regional. Elseiver, Editora Campus, 2004.

HIRST, M. *Venezuela cambiará el equilibrio del Mercosur*. Artigo publicado no jornal **El Clarín**, Buenos Aires. 16 abr. 2007.

ISERN MUNNÉ, P. El ingreso de Venezuela al MERCOSUR. Buenos Aires: Centro para la Apertura y el Desarrollo de América Latina (CADAL). 13 dez 2005. Disponível em http://www.cadal.org/articulos/nota.asp?id_nota=1065 Acesso em: 29 dez. 2007.

LA REPÚBLICA, Chávez planteó un nuevo MERCOSUR que avance hacia la integración de Sudamérica. [9 de Dezembro de 2006]. Disponível em <www.larepublica.com.uy> Acesso em: 28 dez. 2008.

MERCOSUL – Portal Oficial. *Protocolo de adesão da República Bolivariana de Venezuela ao MERCOSUR*. [04 de Julho de 2006a] Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/es/index.htm> Acesso em: 17 jan. 2008.

_____. Entrevistas. Entrevista a Carlos Álvarez, Diario Panorama, texto de Juan Pablo Crespo. [15 de Agosto de 2006c] Disponível em http://www.presidenciamercosur.org/es/entrevistas_ver.php?id=6 Acesso em: 23 dez. 2007.

_____. *Quem Somos*. S.d. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/PT/index.htm> Acesso: 17 jan. 2008.

_____. Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso democrático no MERCOSUL, a República de Bolívia e a República de Chile. [27 de Junho de 2006b]. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/portal%20intermediario/es/index.htm> Acesso em 17 jan 2008.

MONTERO, Darío. MERCOSUR-Venezuela: El inquietante quito elemento. **IPS Noticias**. [5 de Dezembro de 2005]. Disponível em <http://ipsnoticias.net/nota.asp?idnews=35974> . Acesso em: 20 jan. 2008.

PARLAMENTO DEL MERCOSUR - Portal Oficial. S.d. Disponível em www.parlamendodelmercosur.org Acesso em: 30 jan. 2008.

PORTAL DE LA CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. Disponível em: http://www.constitucion.ve/constitucion_temas_es/view/mostrar_tem_a_pag?id_tema=6 Acesso em fev. 2008.

PROTOCOLO DE OURO PRETO. Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do MERCOSUL. [17 de Dezembro de 1994]. Disponível em: http://www2.uol.com.br/actasoft/actamercosul/espanhol/protocolo_d_e_ouro_preto.htm

RADAR DO SISTEMA INTERNACIONAL, Integração Regional, *Cronologia*. [29 de Novembro de 2007]. Disponível em www.rsi.cgee.org.br/ Acesso em: 13 jan. 2008.

RIOS, Sandra; MADURO, Lucia. A adesão da Venezuela ao Mercosul. **Cadernos Adenauer**: União Européia e Mercosul: dois momentos especiais da integração regional. Rio de Janeiro: ANO VIII, n. 1, 2007.

RODRÍGUEZ MENDOZA, M. Economía Política de la Adhesión de Venezuela al MERCOSUR. Intervenção no 7º Encontro do MERSOCUL. Organizada pela Fundação OSCE, Buenos Aires, 5 e 6 out. 2006.

ROMERO, C.A. *Dos etapas en la política exterior de Venezuela*. Caracas, 2003. Disponível em http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-97572003000100013&lng=en&nrm=iso&tlng=es Acesso em: 13 ago. 2007.

_____. La entrada de Venezuela en el Mercosur. Repercusiones internas. **ILDIS**, Caracas set. 2007. Disponível em http://www.ildis.org.ve/website/administrador/uploads/Presentacion_MERCOSURRomero.pdf Acesso em fev. 2008.

_____. Participação no Seminário Internacional “O Quebra-Cabeça da Integração Sul-Americana – Desafios Nacionais, Regionais e Globais” IRI PUC-Rio, Rio de Janeiro. [16 de Agosto de 2007b]

_____. **Política exterior venezolana**: El proyecto democrático. 1958-1998. Caracas: Editora El Nacional, Los Libros de El Nacional, Colección Minerva, 2002.

SADER, E. Un acteur majeur de l'intégration regionale. **Le Monde Diplomatique**. Paris, dez. 2006. Disponível em <http://www.monde-diplomatique.fr/2006/12/SADER/14232#nh2> Acesso em: 4 jan. 2008.

THEIS, R. Nuestro servicio exterior es motivo de burla fuera del país. Caracas: **El Universal**. [31 de Janeiro de 2008], Disponível em: http://www.eluniversal.com/2008/01/31/pol_art_nuestro-servicio-ex_695369.shtml Acesso 31 jan. 2008.

VILLA, Rafael. A política externa venezuelana de Chávez para a América do Sul: entre a ideologização das identidades e as necessidades do pragmatismo. **Análise de conjuntura OPSA**, n.10, out. 2007. Disponível

em

[http://observatorio.iuperj.br/pdfs/37_analises AC n 10 out 2007\(2\).pdf](http://observatorio.iuperj.br/pdfs/37_analises_AC_n_10_out_2007(2).pdf) Acesso em: 5 jan. 2008.

VOLTAIRENET- Red de prensa no alineada. Venezuela entra al Mercosur y se fortalece la integración, palabras de Hugo Chávez, 9 jul. 2004. Disponível em <http://www.voltairenet.org/article121405.html> Acesso em 10 jan. 2008.